

Federação de escolas critica aumento de 50%

15 JAN 1987

Belo Horizonte — O presidente da Fenen (Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino), Roberto Dornas, disse que a permissão, pelo governo federal, da negociação de mais 50% do índice de aumento da semestralidade escolar “não resolveu a situação das escolas particulares e apenas repetiu a situação anterior”. Ele disse que o novo decreto, publicado terça-feira, refere-se apenas ao segundo semestre de 1987 e que o novo percentual negociável é uma “antecipação, a ser descontada no semestre seguinte”.

Dornas disse que o segundo decreto devolve aos conselhos de Educação a competência para determinar os índices de reajuste das semestralidades, que lhes fora tirada “ilegalmente”, a partir do Plano Cruzado. Ele afirmou, no entanto, que, ao ampliar as comissões de encargos dos conselhos, que decidirão sobre o índice, o governo passou a ter maioria de votos (cinco, no total de nove, contra os

dois que detinha, no total de cinco). Com isso, o governo continuará a decidir sozinho o índice de reajuste, segundo Dornas.

Roberto Dornas, que é também presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de Minas Gerais, lembrou que o decreto que regulamenta o reajuste das semestralidades do primeiro semestre de 1987, publicado no final da semana passada, estabeleceu um índice de reajuste de 35% mais 15% negociáveis com os diretórios acadêmicos, no caso das escolas de nível superior, e com associações de pais e mestres, nas escolas de 1º e 2º Graus.

— O novo decreto, que regulamenta o reajuste da semestralidade do segundo semestre, publicado anteontem, mantém essa mesma determinação; ou seja, teremos de negociar com o consumidor, que jamais vai querer pagar mais. Isso, então, não passa de engana-trouxa — alegou Dornas.